

# **ENSINO DE HISTÓRIA, TEORIA DA HISTÓRIA, METODOLOGIA DA HISTÓRIA...: tempo de revolucionar, pensar junto e fazer diferente**

## **Entrevista com Margarida Maria Dias de Oliveira<sup>1</sup>**

Aryana Costa\*

Marta Margarida Andrade Lima\*\*

Referência no campo do Ensino de História no Brasil, Margarida Maria Dias de Oliveira é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde 2004. Ao longo da sua carreira, atuou em diferentes espaços com trabalhos voltados, fundamentalmente, para a formação do profissional de História. Engajada desde cedo nas lutas políticas e acadêmicas, defende que trabalhar com a produção do conhecimento histórico é antes de tudo um compromisso com a função social deste conhecimento, expressa na construção de uma educação inclusiva e democrática. A professora Margarida também esteve envolvida em diferentes políticas públicas para a área: foi representante da área de História na Comissão Técnica do Ministério da Educação (MEC), coordenando várias edições da avaliação dos livros didáticos de História, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) dentre os anos de 2004 a 2015; esteve à frente do projeto Memorial do PNLD, na UFRN, constituindo um acervo digital dos livros didáticos de todas as disciplinas até o ano 2018; organizou o volume destinado à disciplina História da coleção Explorando o Ensino, publicada pelo MEC e coordenou a coleção Ensino de História publicada pela EDUFRN, onde posteriormente, foi Diretora; participou de quatro comissões para elaboração da BNCC de História e compartilhou a coordenação de área do Projeto PIBID/História da UFRN com a professora Juliana Souza. Com uma trajetória consolidada na pesquisa e na formação de professores de História, sua entrevista nos faz refletir sobre a importância do trabalho coletivo e propositivo no universo acadêmico e em outros espaços institucionais, onde atuar na gestão, na representação da categoria, nas atividades de ensino e de extensão produz ricas experiências de compromisso com o “outro”, que muitas vezes ali não está e, por isso, é necessário “brigar” por políticas públicas que garantam seu acesso e permanência de modo a assegurar e dar visibilidade à diversidade, à pluralidade e às diferenças que marcam nossas histórias.

\*Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora no curso de História e no ProfHistória da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Contato: Av. Dr. João Medeiros Filho, 3419 - Potengi, Natal-RN, Brasil. Email: aryanacosta@uern.br. ORCID: 0003-0208-778X.

\*\*Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professora e coordenadora do curso de licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Contato: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP: 52171-900, Recife-PE, Brasil. Email: martamargarida.lima@gmail.com. ORCID: 0000.0003.0082-8767.

**Professora Margarida, gostaríamos que começasse a falar um pouco como foi sua formação escolar, sua trajetória.**

**Margarida Oliveira:** A minha formação na educação básica começou em 1972, 1973. Como era comum na época, pelo menos para as famílias das classes populares como a minha, numa escolinha particular. Hoje a gente chamaria multisseriada. Era uma alfabetizadora que dava aula na sua própria casa e havia jovens e crianças. Eu ia numa parte da tarde, de uma até às três da tarde e recebia as orientações básicas para alfabetização, para aprender a ler e a contar. Assim eu fiz o primeiro, o segundo e o terceiro ano. No quarto ano eu não pude continuar com ela porque, com a LDB, foi obrigatório o ensino da matemática moderna e esta professora não tinha licença para ensinar matemática moderna. Então eu fui para uma escola privada, de gente pobre. Uma das formas muito comuns de a ditadura repassar recursos pra escolas privadas foram aquelas bolsas que eram dadas aos deputados e eles faziam clientelismo político, dando essas bolsas aos eleitores. Meu pai conseguiu uma com o deputado Wilson Braga e eu fui estudar numa escola próxima à minha casa. Lá, eu estudei da quarta série até o terceiro ano (do ensino médio). Então eu vivi nessa escola as orientações e as prescrições que a ditadura militar deu para a escola privada. Ganhava-se muito com o repasse de dinheiro público, uma escola altamente precarizada. No ensino médio eu fiz o que era técnico em secretariado e, em 1982, eu terminei o terceiro ano com 16 anos. Ia me encaminhando aí para os 17 anos...e prestei o vestibular para a UFPB.

**Como você se decidiu por continuar uma carreira de nível superior... um curso superior. E por que História?**

**Margarida:** Minha irmã trabalhava na secretaria da escola e as editoras lhe davam alguns livros de brinde. Deram a ela um livro do professor Armando Souto Maior, de história geral. Foi quando eu estava na sétima série (hoje o oitavo ano do Ensino Fundamental) e basicamente foi o primeiro livro que eu tive. Eu me encantei com as figuras de história geral, me encantei com as figuras de Grécia, do Egito, e passei a ficar apaixonada por aquilo ali. Eu não gostava da escola, mas eu queria estudar história, então a minha estratégia foi: “eu preciso sair rápido daqui, eu preciso não ser reprovada para eu sair rápido daqui e ir estudar a única coisa que eu quero estudar que é história”. Eu sabia que eu queria estudar história, mas não sabia o que era que eu ia fazer com isso. Aí nesse mesmo ano, uma professora de Organização Social e Política Brasileira – OSPB, fez o que ela chamou de um seminário. A gente foi lá apresentar alguma coisa que ela tinha mandado a gente estudar e tal, e quando eu me vi à frente da sala falando, eu descobri que era aquilo que eu queria

fazer o resto da vida. Às vezes

eu penso que eu sou meio que uma artista frustrada porque eu acho que a escola foi o meu teatro (risos), e aí, eu estando lá na frente da turma e falando para a turma, eu descobri que era aquilo ali que eu queria fazer o resto da vida. Então foi uma decisão absolutamente infantil de uma criança, na sétima série. Que ainda bem que deu certo!

### **Aí você fez o vestibular pra História desde o início? De primeira, passou?**

**Margarida:** Foi.

#### **E como foi...?**

**Margarida:** Fiz a seleção. Minha irmã fazia Administração, então a referência que eu tinha da universidade... era que eu ia com ela fazer a matrícula lá na universidade e que aliás era um dia muito tenso. Minha irmã entrou na Universidade em 1975 e saiu em 1980, então, eu ia com ela fazer a matrícula, e eu via uma tensão muito grande. Eu não entendia porque, mas eu via uma tensão muito grande. Ela ia na sala da coordenação, recebia um envelope fechado, e aí ela saía com aquele envelope. Quando ela abria era que ela sabia quais eram as disciplinas em que ela estava matriculada.

Eu me lembro de uma vez, acho que foi o primeiro ou segundo semestre dela, que ela tinha que pagar disciplina de educação física, que era lá no ginásio da universidade. Em seguida, ela tinha uma aula no central de aulas, que era relativamente longe dentro do campus universitário. Ela comentou em casa o quanto ia ser aquela correria e tal, e eu não entendia aquilo, mas era um momento tenso na universidade. Parecia uma coisa assim que de fato era sigilosa. Então, a referência que eu tinha da universidade era desses acompanhamentos [à](#) Maria Izabel. E a universidade era pra mim o canto mais longe da cidade, porque eu morava em Jaguaribe. A nossa escola era praticamente atrás da minha casa, eu gastava menos de 10 minutos pra ir pra escola, nunca peguei um ônibus pra ir para a escola. Então assim, a universidade de fato era o canto mais longe que eu imaginava ir. E no final de 1982 eu fiz a inscrição para o vestibular sem muitas pretensões porque a escola que eu frequentava de fato não preparava... era raro alguém passar no vestibular lá. Eu fiz a inscrição, não tinha a menor ideia do que estava fazendo. Para vocês terem uma ideia, tinha assim a questão da segunda opção, né?! E aí, eu me lembro que eu pensei: “ah, que legal, a universidade quer saber o que eu gostaria de fazer se eu não fizesse história”, então eu botei Direito. A primeira opção era História e a segunda era Direito, porque eu realmente respondi como se fosse assim, como se um amigo tivesse me perguntado: “olha, se você

não fosse fazer História, você ia fazer quê?” Aí eu botei Direito! Para vocês terem ideia do quanto eu não sabia o que era que eu estava fazendo.

Eu sabia que eu queria estudar História. Eu sabia que eu queria estudar sobre aquelas coisas lá lindas do passado, que eu vi no livro do professor Armando Souto Maior. E aí entrei no curso em 1983. Foi um impacto muito grande, porque era tudo que eu não tinha visto na minha vida. Era um local longe da minha casa, era um local que eu estava completamente livre. Era o oposto do que eu tinha na escola, do que eu tinha junto da minha família, e também não era pra estudar aquilo que eu achava que ia estudar. Mas, eu gostei ainda mais, aí foi que eu gostei mesmo, aí foi que eu fiquei absolutamente encantada. Então, eu tenho muita sorte, muita sorte mesmo, porque, como eu disse antes, foi uma decisão de uma criança, uma decisão infantil. E que eu de fato gostei pelo resto da vida. Acho que embora eu situe essa decisão lá na sétima série, eu tive uma influência muito grande acho que de três situações. Uma era uma senhora que foi amiga da família a vida toda, que era professora, e ela era uma pessoa muito respeitada pelos meus pais. Eu acho que a história do fato de ela ser professora e o fato de ser muito respeitada pela minha família, eu acho que isso influenciou muito. A outra coisa era que meu pai sempre foi um memorialista muito grande. Ele gostava de contar histórias, mas ele não gostava de contar histórias fictícias, ele contava histórias da vida dele, do êxodo do campo para a cidade, como ele viu a cidade de João Pessoa crescer. Ele foi funcionário da universidade, então, eram histórias de como ele entrou na universidade, de como ele trabalhou na Faculdade de Medicina. Ele contava sistematicamente isso, quase todos os dias essa história pra gente. Isso foi uma grande influência também. E a outra grande influência foi a minha vó que ficou viúva e foi morar conosco. Ela era analfabeta e ela achou genial, eu, aos 7 anos saber ler. E aí ela fez uma troca comigo que modificou minha vida. Acho que ela não sabia o que estava fazendo, mas de fato modificou tudo, que foi o fato de que ela contava histórias para mim, aí sim, histórias da carochinha, como ela chamava, fábulas, histórias de princesas, de Pedro Malasartes, histórias... Ela contava histórias para mim desde que eu lesse histórias para ela. Ela contava uma história e eu lia uma história para ela. Então, minha vó me ensinou a narrar e me ensinou a ler, no sentido de que ela me obrigou a ler todos os dias para ela. Muitas vezes eu escuto meus alunos ou ex-alunos, ou amigos dizer “não, minha família não queria que eu fosse professora...” Lá em casa nunca existiu isso porque meu pai foi pedreiro. Foi agricultor, depois pedreiro, depois funcionário público; minha mãe era costureira, então,

alguém ser professor na família já tava de bom tamanho, eles não viam nenhum problema nisso. Nunca se opuseram absolutamente a eu ser professora.

Pelo contrário, minha mãe não acreditava muito que eu passasse no vestibular. Ela dizia, toda vez que eu chegava das provas, “já chegou? ah, desse jeito não vai passar”. Mas, não, para eles não havia nenhum problema em eu ser professora. Então, acho que isso foi bastante influenciador pra mim.

### **E o curso na UFPB, Margarida, na década de 80? Como é que foi?**

**Margarida:** Era um curso extremamente contraditório. Eu acho que a UFPB, de uma certa forma, saiu da ditadura entre os anos 1976 e 1980 por conta do reitorado do professor Lynaldo Cavalcante que foi um reitorado bastante diferenciado. Professor Lynaldo era uma pessoa muito ligada ao Ministério da Educação. Foi o primeiro diretor da escola de tecnologia lá em Campina Grande, foi o que deu origem ao pólo tecnológico em Campina Grande. Depois ele foi para o Ministério da Educação e depois voltou para a UFPB como reitor. Ele tinha um trânsito muito grande no MEC e conseguiu trazer muitos recursos para a UFPB. Entre 1976 e 1980, a UFPB passou por uma remodelação muito grande, construção de campi, aumento do número de professores, aumento do número de alunos, muitos professores contratados de fora. Inclusive alguns taxados como comunistas e tal, e eles vieram para a UFPB. Então, de uma certa forma, a UFPB saiu da ditadura entre 1976 e 1980. De uma certa forma como? Ela inovou muito: a proposta do NDIHR, a vinda de professores com mestrado, com doutorado, professores que estavam fora do país, no exílio, professores que estavam em outros Estados mas sem condições de trabalho. Houve uma ebulição muito grande... e construção de equipamentos, construção de um laboratório de energia solar, que foi, durante muito tempo, o único no país. Tinha grandes inovações. E, por outro lado, tinha também as disputas com a política mais local, com o acanhamento mesmo da cidade, da situação política do país. Então, vejam, ao mesmo tempo que havia toda essa inovação, eu me lembro, por exemplo, depois que eu estava no curso, já bem pra frente, acho que lá por 1985, o quanto foi um rebuliço no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, a notícia de que havia chegado a coleção “O Capital” de Marx na biblioteca do Centro! Eram essas contradições, mas, de qualquer forma, como é a nossa universidade ainda hoje, uma grande bolha, né?! Nessa bolha havia muita inovação de comportamento, já havia muita modificação de costumes, discussões, de debates, o movimento estudantil se reorganizando. Então, era um curso que de fato, me transformou. E acho que transformou

muita gente. O curso tinha duração de 3 anos e meio... eu deveria ter terminado em 1986. Mas, por uma necessidade pessoal, eu só terminei o curso no primeiro semestre de 1988. Então eu vivi uma mudança no curso muito grande, dentro, não só da universidade, mas de uma reformulação do próprio curso. Foi de fato meu grande primeiro divisor de águas em termos de formação.

**E como entra o ensino de história nessa história? Não só como atuação profissional, mas também como objeto de pesquisa.**

**Margarida:** Ah... o ensino de história para mim, é... por conta da formação recebida pela professora Joana Neves. E por outras pessoas também, não vou ser injusta e colocar só na conta dela porque não era só por ela. Mas havia um grupo de professores na UFPB, que entendia que o Ensino de História estava nas discussões da Teoria e Metodologia da História. Então, num primeiro momento, eu não me considero pesquisadora do Ensino de História, porque ele, de fato, não era um objeto em separado. Ele fazia parte das discussões teóricas, metodológicas e sobretudo historiográficas, da História. Foi exatamente por isso, preocupada com a história da Paraíba que era ensinada, que eu fui durante o mestrado discutir a historiografia paraibana, discutir a escrita da História pelo Instituto Histórico Geográfico Paraibano. Associado ao curso, eu estava também dando aula e no que eu estava dando aula, começou a aparecer de uma forma muito forte, não só para mim como para todos os meus colegas, e aí, é dentro da atuação do sindicato, também a necessidade de a gente discutir uma educação que estava se vendo como renovada, que estava se vendo na contraposição à escola que era feita na Ditadura Militar. Então, uma coisa que ainda precisa ser trabalhada pela História do Ensino de História é que o objeto de pesquisa "Ensino de História" foi construído efetivamente por conta da sala de aula. Ele não foi construído pela questão da criação do sistema de pós-graduação, ele foi construído porque as pessoas estavam atuando no ensino e nessa atuação, elas começaram a ver a necessidade de entender como é que se tinha chegado ali e o que é que iria se fazer. Quando, por exemplo, se teve a notícia... Joana levou a notícia da existência de um Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, ela própria achou muito estranho (*risos*), e expressou essa estranheza para mim. Como é que se tratava o ensino separado da escrita da História, da historiografia e da teoria. Veja, o Seminário de Perspectivas do Ensino de História... a gente entendia como essa renovação levada aos professores, mas quando apareceu o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História em 1993... eu estava fechando a minha dissertação de

mestrado e foi com muita estranheza que a gente recebeu isso. Uma das monografias que eu fiz foi sobre o ensino em um município que eu trabalhava, que era o município do Conde, na área metropolitana de João Pessoa. Mas, tudo isso para gente tinha a ver com a escrita da própria História, não com uma questão separada, que fosse um objeto específico. Então, eu fui, vamos dizer assim, empurrada para a pesquisa sobre Ensino de História. Depois que eu terminei a minha dissertação no mestrado é que eu comecei a pensar na continuidade dos trabalhos, num possível doutorado, pensando sempre na ligação com a teoria e metodologia da História. Mas aí foi que eu fui vendo que, havia, de fato, se configurado um objeto em específico que era o Ensino de História e eu acho que foi exatamente por isso que... Joana, por exemplo, nunca questionou. Ela foi dessa primeiríssima geração junto com Ernesta (Zamboni), junto com a Circe (Bittencourt), junto com a Elza Nadai, que começaram a discutir isso e ela nunca questionou, apesar de achar isso estranho. Mas, eu digo assim... na minha tese de doutorado, eu escrevia com um pouco de vergonha, um pouco de receio de dizer que "olha, esse objeto não existe sem a discussão com a teoria e a metodologia da História". Isso sempre ficou um pouco escondido na minha tese, um pouco submisso às discussões que a gente estava tentando fazer.

**Porque para você parecia tão óbvio... assim... como se não fosse necessário, por que é a premissa de onde se parte.**

**Margarida:** E por outro lado tinha muita gente grande dizendo o inverso (*risos*). Tinha o poder acadêmico dizendo o inverso. Dizendo que esse era um objeto específico e que a História não queria, e que só os programas de pós-graduação em Educação era que aceitavam... entende? Então assim, eu era uma menina, não podia estar falando isso para pessoas que tinham um nome e tinham, como alguns gostam de dizer, uma grife, por trás delas.

**E desde então, com essas premissas tão claras e tendo seguido a área, fazendo seu doutorado finalmente sobre o Ensino de História, com uma trajetória já tão consolidada e bastante longa na área, que análise você faz desse desenvolvimento da área do Ensino de História no país?**

**Margarida:** Acho que a gente passou muito tempo disputando se o Ensino de História era da Pedagogia ou se era da História. Acho que a gente perdeu muito tempo com isso, que a gente perdeu diálogos que seriam muito importantes. Não digo que esse debate era indiferente, porque não era, tem a ver com a própria organização do mundo acadêmico, né?

Mas lamentavelmente a gente passou muito tempo fazendo essa discussão. Acho que a gente perdeu bastante, e acho que a gente está um pouco que amargando esse tempo que a gente perdeu. A gente poderia ter evoluído mais. Eu acho que a gente, por exemplo, ainda não teve coragem de ser mais propositivo para a área. De dizer o que os pesquisadores do Ensino de História já têm de conhecimentos gerados sobre a área. Já daria para a gente ter mais proposições, seja para o campo, seja para as nossas entidades... a ANPUH, a Associação Brasileira de Ensino de História. Para a gente se posicionar de uma forma mais propositiva. Então acho que a gente perdeu em não tentar construir esses consensos possíveis. Agora, entendo também que isso faz parte do jogo acadêmico, aí tem as próprias lutas por recursos, por reconhecimento, por quem vai ser citado.

**E em termos de temáticas, em termos de recortes, em termos de objetos, também, você que tem já algumas produções de balanços sobre a área, como é que você vê essa evolução da área nesse sentido?**

**Margarida:** Eu acho que nós estamos tendo uma revolução silenciosa com o PIBID e com o ProfHistória, porque eles têm trazido problemas do chão da escola. E veja, é uma coisa contraditória porque o nosso campo é o campo mais próximo à questão da atuação, ao ponto de ~~às~~ vezes as pessoas confundirem, “não, por que eu sou professor eu entendo de ensino”. Não, você é professor, você pode saber muito, pode ter muita experiência, mas você não é pesquisador da área. Nosso campo é o mais próximo da atuação, nós poderíamos ter reverberado muito das nossas pesquisas no chão da sala de aula, e nós não conseguimos isso. Sempre naquela coisa de que “olha, não, a pesquisa acadêmica não é para dar receita, a pesquisa acadêmica não é para dar respostas imediatas, não é para aplicação imediata.” De fato, ela pode não ser, em certo sentido, mas no nosso campo a gente teria sim condições de dar algumas indicações do que é que a gente poderia construir em termos de educação pública de ensino de História. Para educação pública, para a formação do cidadão, em geral. Por que eu digo que o ProfHistória e o PIBID estão fazendo essa revolução silenciosa? Porque eles pautaram o chão da escola, de fato, para gente dar respostas. Aquelas respostas que inclusive estão sendo dadas junto com a área de pesquisa de Ensino de História e junto com outras áreas também... porque quando dois profissionais se reúnem, como é o caso do mestrado profissional, quando vem um professor da educação básica, que é um profissional, vem um professor universitário, que é outro profissional e eles se sentam e pensam e dizem: “certo, eu tenho um problema que eu quero resolver ou que eu quero melhorar, como é que

a sua área, que pode ser a do Ensino de História, mas pode ser a da História Contemporânea, pode ser a História do Brasil, pode ser História Urbana, como é que essa área pode me ajudar a pensar uma proposição, a pensar um produto que a gente possa interferir lá na sala de aula?”, eu acho que efetivamente, por meio disso, as nossas pesquisas, o nosso campo, e a História, em geral, têm dado respostas à sociedade. Então, a revolução que tem acontecido é exatamente com o PIBID e com o ProfHistória... por conta disso, por exemplo, quebra esse ranço, esse preconceito que essa academia ilustrada tem muito em relação a dar respostas a sociedade. Quando a gente fala nisso, “ah, não, aí é servir ao mercado”, aí é “não, a academia não pode estar atendendo a esses ditames e tal”. Não é assim! Não é servir ao mercado, mas é pensar a função social do conhecimento. Acho que essa tem sido a grande inovação e acho que é inovação inclusive no campo. Participando agora em Cuiabá do Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História... eu acho que está havendo uma rearticulação do campo. Acho que o campo, de fato, o conjunto de pesquisadores está sendo alterado, por algumas situações. Porque uma primeira geração já se aposentou, uma segunda geração tá se aposentando. Você já tem aí novas gerações de pesquisadores tomando a frente da organização desse campo, da discussão desse campo, e esse campo sendo altamente alterado na sua composição pelos mestrandos do ProfHistória, por ex-alunos do PIBID ou dos pibidianos que estão fechando seus trabalhos, ou de ex-alunos que agora já são professores, que já estão no ProfHistória, ou que já estão na Universidade. Nós já temos alunos, ex-alunos do PIBID que são professores agora dos cursos de História. Então... acho que o campo está passando por uma alteração e eu acharia muito importante que os mais experientes observassem isso, que as pessoas que estão na direção da ANPUH, na direção da ABEH, do GT de Ensino de História e História da Educação observassem isso... porque o campo está sendo totalmente reorganizado.

**Pois é, quando você menciona o PIBID, o ProfHistória, e a gente também tem o Residência Pedagógica, a gente não deixa de se perguntar, pelo menos eu não deixo de me perguntar por que a gente precisou dessas exceções para fazer o que devia ter sido feito desde sempre. Por que, afinal de contas, qual é o objetivo do PIBID, qual é objetivo de um RESPED, por exemplo? Que é o de aproximar a formação dos graduandos da escola básica além de impactar a escola básica com projetos de qualidade, mas isso já deveria ser o que a gente devia vir fazendo desde sempre no curso de graduação de licenciatura. Faz com que a gente também pense, não só no desenvolvimento interno da área, mas também em termos de políticas públicas, no**

**cenário mais macro. O quê que a reformulação de políticas públicas também não tem a ver com o desenvolvimento da área e de que forma a gente também precisa pensar cada vez mais uma política nacional, uma política internacional, além da nossa micropolítica dentro da academia.**

**Margarida:** Exato. Eu acho que tem muito a ver com esse posicionamento de uma visão ilustrada do conhecimento. Eu entendo quando os alunos dizem assim: “o curso bacharelesco”. Eu não acho que ele seja bacharelesco no sentido de que ele forma bem o pesquisador, porque não forma, mas ele é bacharelesco no sentido de ver a universidade muito hierarquicamente superior à escola. E aí o que eu chamei anteriormente de uma “ilustração” desse conhecimento para ser diferenciador e não para ter uma função social, sabe? Eu acho que tanto o PIBID quanto o Residência Pedagógica, quanto o ProfHistória... o Residência muito mais forçado pela experiência do PIBID, porque a ideia dele não era bem essa. Mas como ele se apropriou muito da experiência do PIBID, então, foi uma influência boa. Acho que essas experiências diminuíram a distância entre a universidade e a escola e, sobretudo, a grande inovação do PIBID que é chamar o professor da escola para ele ser co-formador. Para ele ser alguém que está formando os futuros professores junto conosco e não pra ele ser atualizado, pra ele fazer um “cursinho”, para ele se capacitar. Mas para ele efetivamente trazer a experiência dele, a escola servir como laboratório, para ele contar para gente, e contar para os alunos o que é que eles aprenderam já em dez, em quinze, em vinte anos de experiência. Eu me lembro quando a gente começou logo o PIBID, os alunos diziam assim: “ai, professora, fulano já tem quinze anos de sala de aula”, como se isso fosse uma coisa ruim. Então, estar distante da universidade há quinze anos, estar distante da universidade há dez anos era como se fosse um ponto negativo para aqueles professores e a gente começar a desconstruir isso... hoje os alunos dizerem: “não, ele tem uma experiência de vinte anos”, é completamente diferente, não é? Acho que a desconstrução dessa hierarquia, estou falando bem otimista, eu acho que não desconstruí de todo, mas, de qualquer forma, houve um grande impacto. Acho que isso foi que modificou mais e acho que isso é o que pode modificar mais a nossa área.

**Margarida, já que você falou dessa questão da reorganização do campo e das novas gerações que estão aí atuando, o que você diria para essas novas gerações exatamente, como é que a gente pode pensar a partir da sua experiência, em alguns espaços que você ocupou, de trabalhos que você fez na ANPUH, quando você esteve na diretoria, quando você organizou grandes encontros da ANPUH, quando você esteve muito à frente das discussões do GT, quando você esteve à frente dos trabalhos desenvolvidos**

**no MEC pelo Programa Nacional do Livro Didático, todas essas experiências que estiveram juntas na sua atuação na Universidade, ensinando e pesquisando.. Todo esse conjunto que você fez ao longo desse tempo, o que você nos diria em relação à diferenciação de pensar esses espaços, esses trabalhos, para essas novas gerações?**

**Margarida:** Eu vou só complementar uma resposta anterior que eu esqueci de falar. Em termos de trabalho de pesquisa no campo, acho que valorizar os trabalhos mais locais, as histórias do ensino de histórias locais, dos estados, dos municípios, sobretudo dar mais conhecimento a esse material que foi feito pela história da educação e foi feito pela história do ensino de história. Acho que isso pode diversificar a história do ensino de história... que nós ainda estamos muito aquém do que as pesquisas já sabem. A narrativa que se tem da história do ensino de história ainda está muito aquém disso, do que já se sabe, mesmo que a gente não produzisse pesquisa nova hoje. A comparação com outras realidades... o nosso campo ele é muito endógeno, ele só analisa o Brasil, o Brasil, o Brasil. Nós não comparamos com realidades como a América Latina, os Estados Unidos, mesmo com a Europa, ou com outros países. A gente não faz essas comparações e isso é muito ruim porque a gente sempre se coloca no último lugar do que está se fazendo no ensino e isso não é verdade. Então acho que a gente precisa investir bastante nessas comparações, e com a *internet*, com as redes, com o próprio ProfHistória que é um mestrado em rede, com as tecnologias, hoje é inconcebível que a nossa produção não seja nacionalizada. Não há justificativa para que um colega do Mato Grosso, de São Paulo ou do Rio, ou do Amazonas, diga: “não, eu não conheço esse material que vocês têm; não, não sei dessa dissertação, não, eu não sei dessa tese”. Eu sei que a gente precisa achar formas de publicizar isso, porque mesmo com a *internet* ou exatamente por ela, porque é um mundo de informação, a gente precisa publicizar. Mas não há justificativa para o Brasil só consumir a produção do eixo Rio-São Paulo. Isso não tem justificativa, isso não ajuda ao campo. Se alguém ganhasse com essa história teria até justificativa, mas ninguém ganha. Nós estamos nos atrasando exatamente por conta disso. Em termos de pesquisa, em termos de encaminhamentos seria isso, o que não deixa de estar ligado com a questão que Marta colocou.

Veja só, em todos esses espaços que você enumerou, o que me orientava era pensar qual é a função de nós estarmos produzindo conhecimento sobre ensino de história. Ou seja, era a função social do conhecimento, era pelo o quê nós temos que brigar, quem são os nossos inimigos, e quem são os nossos aliados. Esses inimigos são muitos genéricos, mas eles são muito fortes: quem não defende uma educação inclusiva, quem não defende uma educação

democrática, quem não defende uma educação que garanta a diversidade, a pluralidade. Esses princípios eram o que me norteava em todas essas ações e o que me orientou a organizar eventos, por exemplo. Organizar eventos para combater essa localização extremada de só a produção de conhecimento de um determinado local ser reconhecido. Não... o Brasil é muito grande, é muito diverso, vamos andar, vamos organizar eventos em outros locais, vamos mostrar que existe produção do conhecimento em outros locais, participar de políticas públicas, idem. Participar de políticas públicas é a gente colocar outras perspectivas nesses espaços. O Estado precisa ser disputado como ele é por todos os grupos sociais. Os grupos mais populares estão sempre em desvantagem em relação a isso. Se a gente tem oportunidade de participar, então a gente precisa demonstrar nesses espaços que há outras perspectivas, que há outras formas de ver. Às vezes, os preconceitos estão tão naturalizados que as pessoas nem se dão conta disso. Eu me lembro, por exemplo, quando coordenei uma das avaliações do PNLD, uma colega disse assim: “gente, eu nunca tinha me tocado que falar o nordeste, o nordeste, como se vocês fossem todos um bloco homogêneo, fosse uma forma de naturalização do preconceito”. E você não perceber que Pernambuco não é a Bahia, que Rio Grande do Norte não é Ceará, e assim por diante. Então veja, isso é difícil de ver até para quem tem boa vontade. Você participar e demonstrar essas coisas faz parte da nossa autoeducação e da necessidade de a gente estar sempre refletindo sobre isso. Então, o que eu diria para as pessoas que estão assumindo esse campo, para as pessoas que estão entrando no campo, é entender que produção do conhecimento não pode estar desvinculada da sua função social, que a academia não pode ser pensada como uma ilha de conhecimento distante da sociedade, que gestão de políticas públicas precisa fazer parte do nosso horizonte de atuação mesmo que a gente não queira ser administrador, que a gente não queira ser gestor. Mas a gente entender os princípios, entender os outros caminhos que movem aquelas ações e que, claro, estão muito longe dessa demonização da política como é feita, que lá tudo é corrupção, tudo é feito como se não tivesse nada a ver com a sociedade, como se não se pensasse a sociedade. Se de um lado há políticos desse tipo, nos anos que eu passei trabalhando no Ministério da Educação também conheci muitos técnicos, seja de Secretarias Estaduais, seja de Municípios, seja do próprio Ministério tentando fazer o melhor em relação às políticas do livro, da leitura, do livro didático, do incentivo à biblioteca nas escolas. Então, nós não podemos, nós não devemos nos dar o direito de ver as coisas de forma partida. Nós temos que ver as coisas de forma total, de forma geral. Entender as ligações que a nossa ação de formação de professor na sala de aula têm com a

política em Brasília, e têm a ver com a escola que está no seu bairro, que está na sua cidade, que está na periferia da sua cidade. Acho que esse é o grande desafio para o profissional de História.

## Notas

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada no dia 08 de dezembro de 2019.